EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA,** torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 046/2026 **TIPO: MENOR PREÇO** **UASG: 926769** **MISTA** **(Em conformidade com a Lei Complementar n. 123/2006)**	**Acolhimento das Propostas:** **A partir das 09h00min do dia 04/11/2026 até 08h59min do dia 18/11/2026.** **Abertura e Início da sessão / disputa de lances:** **09h00min do dia 18/11/2026.** Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a contratação para o fornecimento parcelado de **materiais médico hospitalares diversos (extensão de equipo infantil; serra de gigli; kit para infusão venosa central; catéter duplo lúmen infantil; conjunto de linhas, tipo: arterial e venosa, para hemodiálise pediátrica; equipo para monitoramento da pressão venosa central e outros)**, para o Hospital Universitário (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses.

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:
O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R$ 401.341,80 (quatrocentos e um mil trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
3.1 UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.2 Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.3 HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

3.4 HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.Gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.2. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas:
a) https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, do GMS/CAUFPR
b) https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso
c) https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras
d) www.comprasparana.pr.gov.br
e) https://sistemas.uel.br/sicor/public/licitacao/consultaLicitacoes

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Alexandre Casonatto e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 1918/2026, servidores(as) da Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: pregoeirahu@uel.br
Telefones: (43) 3371-2307
Endereço: Avenida Robert Koch, nº 60, Operária, CEP 86.038-350, Londrina / Paraná
O atendimento será feito no horário das 08h00min às 12 h e das 13h00min às 17 h.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ao e-mail pregoeirahu@uel.br, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:
As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:
No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site https://www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO
Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas Compras.Gov é o valor unitário máximo por item, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de (MENOR PREÇO) por item.
2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) fixado(s) para o(s) item(ns) no sistema Compras.GOV), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:
3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior a 90 dias.

4 PROPOSTA PARCIAL:
4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:
5.1 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 01, 05, 06, 09, 10, 16, 17, 19 e 23 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
5.2 As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.
5.3 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

5.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:
6.1 Poderá ser exigida do arrematante, amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).
6.2 Caso exista no Banco de Dados do HU-UEL a ocorrência de marcas e modelos pré-aprovados ou reprovados, a relação virá na forma de Anexo a este Edital.

7 GARANTIA:
7.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento do objeto.

8 CONSÓRCIO:
8.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD;
- Anexo X – Banco de Dados de Avaliações técnicas das Amostras.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Compras.Gov, na página https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual**,** conforme instruções que podem ser obtidas na página https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio do telefone 0800.978.9001 (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 Não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 O servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

2.7 Conforme Art. 2º, inciso XLVI, do Decreto Estadual 10.086/22, o licitante que desejar se tornar fornecedor no Estado do Paraná deverá possuir o "Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná" (GMS/CAUFPR), podendo cadastrar-se através do link https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?act ion=iniciarProcesso.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário de cada item;

4.1.2 Marca/Fabricante;

4.1.3. Modelo/Versão;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto: indicar o **RMS - Número de Registro no Ministério da Saúde** (em caso de produtos regulamentados e com registro obrigatório na ANVISA);

4.2. Constituem documentos complementares e obrigatórios à proposta, que deverão ser inseridos no campo "Anexos", **junto com a proposta reformulada**, conforme o resultado da etapa de lances/negociação de preços, conforme item n. 6.6 deste Edital:

a) **Número do Registro no Ministério da Saúde (RMS) de cada produto/equipamento cotado**, bem como **dos equipamentos** que serão disponibilizados (em caso de medicamentos / produtos médico-hospitalares / equipamentos, exigida pela ANVISA);

b) **AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa fabricante dos produtos cotados**, emitida pelo Ministério da Saúde – ANVISA-MS, da fabricante dos produtos cotados, quando for(em) nacionais. Se (o)s produto(s) for(em) importados, deverá ser entregue a AFE da empresa detentora do(s) registro(s) do(s) item(ns) junto a ANVISA/MS, (em caso de produtos regulamentados e exigido pela ANVISA);

c) **Marca, fabricante, modelo, procedência - descritivo técnico detalhado dos produtos/ equipamentos** efetivamente ofertados, **evitando a mera cópia ou transcrição literal do descritivo deste Edital,** com indicação precisa das informações, devendo o licitante detalhar as reais características, funcionalidades e especificações técnicas do item/equipamento;

d) **Catálogo técnico, folheto explicativo ou indicação do sítio eletrônico oficial** do fabricante **(em língua portuguesa)**, para identificação de forma inequívoca de que o modelo ofertado atende integralmente a todas as exigências deste Edital.

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

4.7 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do

porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 90 e 91 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 (Conforme entendimento do TCU expresso no Acórdão 5764/2024/Primeira Câmara, segundo o qual os incisos II a IV do art. 60 da Lei 14.133/21 necessitam de regulamentação).

5.26.1 Caso nenhuma empresa ME/EPP/MEI apresente lance nos termos do item 5.25, os critérios de desempate serão as disposições constantes do art. 60, inciso I; § 1º, incisos I a IV e § 2º da Lei n.º 14.133/202 e art. 91, §2º, incisos I a IV do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

5.26.2 Aplicados os critérios de desempate previstos no subitem anterior e ainda persistir o empate, empresas empatadas serão convocadas pelo Pregoeiro para participarem de sessão pública de sorteio eletrônico, conforme previsto no art. 91, § 3º, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, a ser realizado pelo sistema do Compras.Gov.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar (conforme subitem 4.2 e alíneas ‘a’ a ‘d’), por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Será avaliado a veracidade do teor das propostas em face das especificações técnicas do objeto.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site https://www.e-protocolo.pr.gov.br.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) $I = \frac{(6/100)}{365}$ I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal**.**

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

> **12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente certame é o da Comarca de Londrina/PR.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Londrina, 03 de novembro de 2026.

Profº Drº. José Roberto de Almeida
Diretor Superintendente

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO:

1.1 Contratação para o fornecimento parcelado de **materiais médico hospitalares diversos (extensão de equipo infantil; serra de gigli; kit para infusão venosa central; catéter duplo lúmen infantil; conjunto de linhas, tipo: arterial e venosa, para hemodiálise pediátrica; equipo para monitoramento da pressão venosa central e outros)**, para o Hospital Universitário (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	40824	**Cód.GMS: 6510.64723 Cód. CATMAT: 0437320 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA; 5.0 FR; MONOLÚMEN, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR: •Especificação geral: cateter confeccionado em poliuretano, mono lúmen, 5.0 french, com agulha tipo introdutor bipartido para cateter 5.0 Fr , ter no mínimo 50cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, graduação visível em toda extensão, a cada centímetro, com início em marcação zero, sentido proximal-distal (ou seja, sentido do hubb à ponta do cateter), haste de fixação deve possuir orifício para estabilização. Acompanhar fita métrica estéril para mensuração. Podendo ou não acompanhar mandril ou fio guia. •Esterilização: esterilizada individualmente, por óxido de etileno, com garantia da qualidade do processo de esterilização. •Embalagem: embalagem individual de uso único em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização, com dados de identificação, data de validade de no mínimo um (1) ano da data de entrega do produto, número de lote, procedência e registro na Anvisa/M.S.	**150**	248,92	37.338,00	Exclusiva ME
2	58804	**Cód.GMS: 6522.82179 Cód. CATMAT: 421226 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER DE TENCKHOFF PARA DIÁLISE PERITONIAL PEDIÁTRICA CONFECCIONADO EM SILICONE; COM LINHA RADIOPACA; COM DOIS	**15**	190,00	2.850,00	Ampla

		CUFFS MANTENDO DISTÂNCIA DE APROXIMADAMENTE CINCO CENTÍMETROS ENTRE ELES; TAMANHO DE 32CM; ESTÉRIL; EMBALADO INDIVIDUALMENTE; PRAZO DE VALIDADE NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 12MESES.				
3	52938	**Cód.GMS: 6510.92451 Cód. CATMAT: 436597 Unid. Padrão: KIT** CATÉTER DUPLO LÚMEN INFANTIL PARA HEMODIÁLISE, DE CURTA PERMANÊNCIA; CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, FLEXÍVEL E TERMOSSENSÍVEL; CALIBRE 11,5FR; COMPRIMENTO DE 15CM. MODELO RETO; PONTA ATRAUMÁTICA; EXTENSÕES FLEXÍVEIS COM IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS ARTERIAL E VENOSA; CONECTORES LUER LOCK COM TAMPAS PROTETORAS; CLAMP EM CADA VIA; ASA PARA FIXAÇÃO À PELE; KIT COMPOSTO, NO MÍNIMO, POR CATÉTER, AGULHA INTRODUTORA, FIO-GUIA METÁLICO COM PONTA EM "J" E DILATADOR; SEM CUFF E SEM TUNELIZADOR; ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO, DE USO ÚNICO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICAS.	**10**	2.270,97	22.709,70	Ampla
4	43934	**Cód.GMS: 6510.92448 Cód. CATMAT: 421250 Unid. Padrão: KIT** CATÉTER DUPLO LÚMEN INFANTIL PARA HEMODIÁLISE; CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO DE 8FR X 12CM A 18CM; RETO; TERMOSENSÍVEL; PONTAS EM PVC; FLEXÍVEL; EXTENSÃO EM SILICONE, COM CLAMPS AJUSTÁVEIS NÃO PERMITINDO "MEMÓRIA"; COMPOSTO DE: CATÉTER, INTRODUTOR E FIO GUIA METÁLICO EM "J"; ESTÉRIL E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	**10**	165,62	1.656,20	Ampla
5	40821	**Cód.GMS: 6510.39738 Cód. CATMAT: 0437925 Unid. Padrão:**	**60**	14,89	893,40	Exclusiva ME

		UNIDADE CATÉTER EM POLIURETANO RADIOPACO, ESTÉRIL, GRADUADO DE 1 EM 1 CM, PARA CATETERIZAÇÃO DE VASOS UMBELICAIS, EMBALAGEM INDIVIDUAL. TAMANHO 3,5FR .				
6	41366	**Cód.GMS: 6510.38911 Cód. CATMAT: 0437841 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER EM POLIURETANO RADIOPACO, ESTÉRIL, GRADUADO DE 1 EM 1 CM, PARA CATETERIZAÇÃO DE VASOS UMBELICAIS, EMBALAGEM INDIVIDUAL. TAMANHO 5,0FR	**80**	14,50	1.160,00	Exclusiva ME
7	42448	**Cód.GMS: 6510.19053 Cód. CATMAT: 0437290 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER INTRAVENOSO CENTRAL ADULTO, 16.G, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 14.G. FIO GUIA E COMPRIMENTO DO CATÉTER 30CM Especificação geral: descartável, com agulha atraumática, trifacetada e siliconizada. O cateter deverá possuir 30cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, termosensível e boa tolerabilidade, conexão com perfeito encaixe. Possuir fio guia acoplado, bainha plástica, suporte de agulha com formato anatômico, superfície antiderrapante e fecho de segurança automático. Esterilização: esterilizada individualmente, em invólucro tubular plástico semi rígido, grau cirúrgico, com garantia da qualidade do processo de esterilização. Embalagem: embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.	**100**	52,37	5.237,00	Ampla
8	42449	**Cód.GMS: 6510.19055 Cód. CATMAT: 0437287 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER INTRAVENOSO PARA PUNÇÃO VENOSA CENTRAL INFANTIL, N.º 22G, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 19G NO CALIBRE, FIO	**12**	120,00	1.440,00	Ampla

		GUIA E COMPRIMENTO DO CATÉTER 20CM Especificação geral: descartável, com agulha atraumática, trifacetada e siliconizada. O cateter deverá possuir 20cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, termosensível e boa tolerabilidade, conexão com perfeito encaixe. Possuir fio guia acoplado, bainha plástica, suporte de agulha com formato anatômico, superfície antiderrapante e fecho de segurança automático. Esterilização: esterilizada individualmente, em invólucro tubular plástico semi rígido, grau cirúrgico, com garantia da qualidade do processo de esterilização. Embalagem: embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.				
9	40723	**Cód.GMS: 6510.29937 Cód. CATMAT: 62728 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER NASAL ADULTO, MODELO ALÇA DIFERENCIADA, PARA ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO A BAIXO FLUXO. COM CONTORNOS ARREDONDADOS, POSSÍVEIS DE REPOSICIONAMENTO CONFORME A FACE DO PACIENTE, UM SÓ CORPO LONGO (EM TORNO DE 80 A 90CM), EM MATERIAL PVC LIVRE DE REBARBA. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	**13.000**	1,61	20.930,00	Exclusiva ME
10	49609	**Cód.GMS: 6510.78279 Cód. CATMAT: 621739 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER NASAL NEONATAL, CONFORME CARACTERÍSTICAS A SEGUIR: * MODELO TIPO ÓCULOS; * PARA ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO A BAIXO FLUXO COM CONTORNOS ANATÔMICOS; * PRONG EM SILICONE OU PVC ULTRA SOFT; * FLEXIVEL; * COM REGULAGEM NA SUA EXTENSÃO PARA FIXAÇÃO ADEQUADA CONFORME A FACE DO PACIENTE; * UM SÓ CORPO LONGO; * EM MATERIAL PVC LIVRE DE REBARBA; * EMBALAGEM INDIVIDUAL; *	**150**	3,84	576,00	Exclusiva ME

		ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.				
11	58801	**Cód.GMS: 6510.79378 Cód. CATMAT: 411866 Unid. Padrão: UNIDADE** CONJUNTO DE LINHAS, TIPO: ARTERIAL E VENOSA, PARA HEMODIÁLISE PEDIÁTRICA, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR: Linha arterial com dispositivo para administração de heparina contínua, solução fisiológica e medicação; Linha venosa com catabolha, linha para transferência de dialisato, linha de ultrafiltração com câmara de monitorização de pressão do sistema, conectores e câmaras flexível e ponto de injeção de polivinilpirolidona e silicone; Priming entre 68ml a 80ml, para uso em hemodiálise pediátrica. EMBALAGEM: Individual, estéril e em papel grau cirúrgico, UNID. DE MEDIDA: Unitário	**40**	78,95	3.158,00	Ampla
12	58802	**Cód.GMS: 6510.79253 Cód. CATMAT: 454367 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE 0, 6 Dialisador capilar para hemodiálise, alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possuir superfície de área de 0,7 m2, coeficiente de ultrafiltração em torno de 20 ml/h X mmgh, priming de 42 ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possuir embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.	**20**	116,50	2.330,00	Ampla
13	58768	**Cód.GMS: 6510.107213 Cód. CATMAT: 0454363 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE	**30**	186,88	5.606,40	Ampla

		0,2 Dialisador capilar para hemodiálise, alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possui superfície de área de 0,2 m2, coeficiente de ultrafiltração em torno de 7 ml/h X mmHg, priming 18 ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possui embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.				
14	58803	**Cód.GMS: 6510.69386 Cód. CATMAT: 454367 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE 1,0 Dialisador capilar para hemodiálise, alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possuir superfície de área de 1,0 m2 e coeficiente de ultrafiltração em torno de 30 ml/h X mmgh, priming de 63ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possuir embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.	**20**	116,50	2.330,00	Ampla
15	58688	**Cód.GMS: 6510.69387 Cód. CATMAT: 609769 Unid. Padrão: UNIDADE** EQUIPO DE DIÁLISE PERITONEAL INTERMITENTE PEDIÁTRICO Equipo para administração de soluções em diálise peritoneal em pediatria com tripla câmara graduada de 150 ml sendo duas para infusão e uma para aumento de drenagem e um coletor de 2000 ml. Câmaras Graduadas rígidas e cristal, de	**60**	226,50	13.590,00	Ampla

		0 a 150 ml com precisão de 1 ml e leitura com destaque de 5 em 5 ml. Com injetor superior e filtro de entrada de ar 0,22 micra. Alça plástica para sustentação da câmara. Câmaras interligadas por tubo de pvc flexível e cristal com torneira de três vias que regula a infusão e drenagem. Tubo de infusão em pvc flexível e cristal com pinça rolete de alta precisão e conector luer lock com tampa protetora. Tubo de drenagem em pvc flexível e cristal conectado a câmara graduada de drenagem que é interligada a bolsa coletora de 2000ml. Embalado e esterilizado individual termoformada de papel grau cirúrgico e filme flexível.				
16	43873	**Cód.GMS: 6510.44187 Cód. CATMAT: 609786 Unid. Padrão: PECA** EQUIPO PARA MONITORAMENTO DA PRESSÃO VENOSA CENTRAL. Especificação complementar: Equipo para monitoramento da Pressão Venosa Central; com tubo flexível em toda sua extensão, em PVC transparente, com no mínimo 2,25m de comprimento; ponta perfurante lisa com protetor, com perfeito ajuste na ampola do frasco da solução; câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da solução a ser administrada; regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança; 2 clamp corta fluxo; conector das duas vias; 2 conectores luer slip universais contendo protetor; acompanha escala auto-adesiva, graduada de 0 a 40cm para monitoramento da pressão venosa central; embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme termoplástico; abertura em pétala e estéril. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.E	**40**	6,09	243,60	Exclusiva ME
17	48824	**Cód.GMS: 6510.38951 Cód. CATMAT: 0457524 Unid. Padrão: UNIDADE** EXTENSÃO DE EQUIPO INFANTIL,COMPRIMENTO DE 120CM, EM TUBO PVC FINA, DIÂMETRO	**40.000**	1,44	57.600,00	Exclusiva ME

		2X1,5MM, COM CONECTOR LUER FÊMEA EM UMA DAS EXTREMIDADES E LUER MACHO EM OUTRA EXTREMIDADE, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO EVITANDO VAZAMENTO Esterilizado individualmente, em invólucro apropriado, com garantia da qualidade do processo de esterilização, embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.				
18	42435	**Cód.GMS: 6510.23534 Cód. CATMAT: 0437298 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTE - 07FR KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter 16x16G, diâmetro externo de 2,4mm, 07FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**2.250**	55,13	124.042,50	Cota Principal
19	42435	**Cód.GMS: 6510.23534 Cód. CATMAT: 0437298 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTE - 07FR KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter 16x16G, diâmetro externo de 2,4mm, 07FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**750**	55,13	41.347,50	Cota Reservada

20	42526	**Cód.GMS: 6510.38947 Cód. CATMAT: 0437296 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTES - 03 A 04FR Kit para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter de 18/20G, diâmetro externo de 1,4mm, 03 a 04FR, 15 a 20cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução conformado ergonomicamente; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**350**	79,39	27.786,50	Ampla
21	42525	**Cód.GMS: 6510.79779 Cód. CATMAT: 0437295 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTES - 05 A 06 FR. KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter diâmetro externo de 1,6/1,7mm, 05FR a 06 FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**100**	178,07	17.807,00	Ampla
22	58800	**Cód.GMS: 6510.112609 Cód. CATMAT: 411864 Unid. Padrão: UNIDADE** LINHA SANGUÍNEA ARTERIAL E VENOSA PARA HEMODIÁLISE NEONATAL Conjunto composto por: Linha sanguínea arterial composta de conector ao dialisador vermelho tampado, ramal de heparina com clamp e luer lock fêmea tampado, segmento de bomba de 4 mm, ramal de tomada de pressão com clamp e isolador de pressão de tampado, ramal de soro com clamp e luer lock fêmea tampado, ponto	**30**	75,00	2.250,00	Ampla

		de infusão vermelho e conector à fístula tampado. Extensão de linha: 200 cm de tubo de PVC + 36 cm de segmento de bomba. Linha de hemodiálise linha sanguínea venosa composta de conector ao dialisador azul tampado, ponto de infusão azul, câmara 3 vias com filtro, ramal de soro com clamp e luer lock fêmea tampado , Ramal de tomada de pressão com clamp e isolador de pressão tampado e conector à fístula com recirculador. Extensão da linha: 210 cm de tubo de PVC de 3,0mm de diâmetro interno. Volume de priming: Linha arterial: ± 18,6 ml / Linha venosa: ± 14,8 ml / Câmara (volume útil): ± 15,4 ml Produto deverá atender RDC 665 de 2022 e ISO 8637-2. Embalagem em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente, esterilização: Gás Óxido de Etileno Possuir Registro na ANVISA				
23	42655	**Cód.GMS: 6511.44331 Cód. CATMAT: 0271597 Unid. Padrão: UNIDADE** SERRA DE GIGLI, ESTÉRIL, EM AÇO INOXIDÁVEL TORCIDO, TAMANHO 40CM.	**600**	14,10	8.460,00	Exclusiva ME

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n. 8078/90, art. 31 (Código de Defesa do Consumidor) e o Decreto n. 8.077/2013, do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, constando estampados externamente os seguintes dados:

a) Nome comercial;

b) Número do lote;

c) Número do registro no Ministério da Saúde;

d) Conteúdo, quantitativo, qualitativo e dimensões;

e) Procedência de fabricação;

f) Identificação em português;

1.2.2.2 O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, quando da entrega dos produtos.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O(s) item(ns) objeto deste Termo de Referência possuem(m) padronização de acordo com o contido no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná.

1.3.2 O Código GMS dos item(ns) poderá(ão) ser localizado(s) em seu(s) descritivo(s), constante da Tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 O fornecimento será de maneira parcelada, conforme necessidade do setor requisitante, devendo a entrega ocorrer no prazo e local indicado no item 9 deste Termo de Referência.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 Caso seja requisitada a apresentação de amostras do arrematante do ITEM, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação a fim de verificar se atende às especificações do edital e seus anexos, no seguinte local:

Local: Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina

Logradouro: Avenida Robert Koch, nº 60

CEP: 86.038-350 Cidade: Londrina / PR

A/C do Sr. Pregoeiro

Órgão/Entidade avaliador: **Assessoria de Enfermagem, Controle de Recursos Materiais**

Fone: (43) 3371-2384

E-Mail: pregoeirahu@uel.br

1.5.1.1 Em razão da natureza do objeto licitado, a(o) Pregoeira(o) poderá solicitar, em substituição ao envio de amostras, a disponibilização de manual técnico ou documento equivalente, em língua portuguesa e em formato PDF, para análise pela área técnica.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho

constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.4 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.9.1 O licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo estabelecido no subitem 1.5.1 mediante justificativa fundamentada, a qual será avaliada pelo Pregoeiro e pela Equipe Técnica do certame.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isentam nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 Requisição nº 8912/2026 (HU) - O Hospital Universitário de Londrina (HU) é uma instituição de referência no atendimento a crianças em estado grave, dispondo de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, com 16 leitos pediátricos e 10 leitos neonatais, respectivamente. Essas unidades assistem pacientes com condições clínicas complexas e de alta criticidade, que frequentemente demandam suporte intensivo e terapias especializadas. Em razão do perfil assistencial desses pacientes, especialmente neonatos e crianças acometidos por insuficiência renal aguda ou crônica, sepse, malformações congênitas, distúrbios metabólicos ou outras complicações decorrentes de quadros clínicos graves, pode haver necessidade de instituição de terapia renal substitutiva, como a hemodiálise, muitas vezes em caráter de urgência. Dessa forma, torna-se imprescindível a disponibilidade de dispositivos específicos para hemodiálise infantil, adequados às particularidades anatômicas e fisiológicas da população pediátrica, garantindo a segurança do procedimento, a efetividade do tratamento e a mitigação de riscos assistenciais. Os materiais solicitados são fundamentais para a realização segura e eficaz de procedimentos assistenciais críticos, abrangendo as terapias de suporte renal. Cada insumo desempenha papel essencial na assistência ao paciente, especialmente em contextos de urgência, emergência e alta complexidade. A seguir, são descritos os materiais e suas respectivas funcionalidades. 1. CATETERES DUPLO LÚMEN PARA HEMODIÁLISE INFANTIL Estes dispositivos possuem como finalidade principal viabilizar a terapia renal substitutiva em pacientes pediátricos e neonatais, permitindo a retirada e o retorno simultâneo do sangue por meio de um único acesso vascular central. Esses cateteres são utilizados em situações clínicas graves, como insuficiência renal aguda ou crônica, sepse, distúrbios hidroeletrolíticos, sobrecarga hídrica e outras condições que exigem depuração extracorpórea, muitas vezes em caráter de urgência. A utilização de cateteres específicos para a população infantil é indispensável, considerando as particularidades anatômicas e fisiológicas de neonatos e crianças, nas quais o uso de dispositivos inadequados pode aumentar significativamente o risco de complicações vasculares, hemodinâmicas e infecciosas. A confecção em poliuretano confere aos cateteres maior flexibilidade, biocompatibilidade e resistência, reduzindo o risco de dobras, obstruções e lesões vasculares, além de permitir permanência segura pelo período necessário ao tratamento.

2.2 Requisição nº 8913/2026 (HU) - O Hospital Universitário de Londrina (HU) é uma instituição de referência no atendimento a crianças em estado grave, dispondo de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, com 16 leitos pediátricos e 10 leitos neonatais, respectivamente. Essas unidades assistem pacientes com condições clínicas complexas e de alta criticidade, que frequentemente demandam suporte intensivo e terapias especializadas. Em razão do perfil assistencial desses pacientes, especialmente neonatos e crianças acometidos por insuficiência renal aguda ou crônica, sepse, malformações congênitas, distúrbios metabólicos ou outras complicações decorrentes de quadros clínicos graves, pode haver necessidade de instituição de terapia renal substitutiva, como a hemodiálise, muitas vezes em caráter de urgência. Dessa forma, torna-se imprescindível a disponibilidade de dispositivos específicos para hemodiálise infantil, adequados às particularidades anatômicas e fisiológicas da população pediátrica, garantindo a segurança do procedimento, a efetividade do tratamento e a mitigação de riscos assistenciais. Os materiais solicitados são fundamentais para a realização segura e eficaz de procedimentos assistenciais críticos, abrangendo as terapias de suporte renal. Cada insumo desempenha papel essencial na assistência ao paciente, especialmente em contextos de urgência, emergência e alta complexidade. O equipo de diálise peritoneal intermitente pediátrico (também conhecido como equipo aranha) tem a função de viabilizar a infusão, a permanência e a drenagem das soluções de diálise peritoneal na cavidade abdominal de pacientes pediátricos e neonatos, de forma segura, controlada e compatível com as particularidades anatômicas e fisiológicas dessa população. Esse material atua como o sistema de condução do dialisato entre as bolsas de solução e o cateter peritoneal, permitindo a realização dos ciclos de enchimento e esvaziamento do peritônio, onde a membrana peritoneal funciona como superfície de troca para a remoção de toxinas, excesso de líquidos e correção de distúrbios metabólicos. O formato conhecido como "aranha" decorre da presença de múltiplos ramais, que facilitam a conexão simultânea ou alternada de bolsas de infusão, drenagem e, quando necessário, soluções adicionais, otimizando o manejo do tratamento intermitente. Por ser destinado ao uso pediátrico e neonatal, o equipo é dimensionado para baixos volumes, com controle mais preciso do fluxo e menor volume residual, reduzindo o risco de sobrecarga hídrica,

desconforto abdominal e complicações hemodinâmicas. Além disso, permite maior agilidade nas trocas de solução, aspecto importante em ambientes hospitalares, como as unidades de terapia intensiva neonatal e pediátrica. Dessa forma, o equipo "aranha" é um componente essencial para a realização da diálise peritoneal intermitente pediátrica e neonatal, garantindo a funcionalidade do sistema, a segurança do paciente e a efetividade do tratamento, sendo indispensável para assistência nefrológica especializada à população infantil.

2.3 Requisição nº 16406/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, de materiais médico-hospitalares diversos, visando atender às necessidades do Hospital Universitário de Londrina. Por se tratar de itens padronizados e de uso contínuo, a aquisição periódica se faz necessária para garantir a manutenção regular dos atendimentos prestados pela Instituição. A contratação de cateter central de inserção periférica monolúmen, cateteres umbilicais, dispositivos Intracath (adulto e infantil), kits duplo lúmen para nutrição parenteral (adulto e infantil) e kits para infusão venosa central com duas vias independentes (adulto e infantil) tem como objetivo suprir a necessidade contínua desses insumos essenciais para a realização de procedimentos invasivos de acesso vascular em pacientes adultos e pediátricos. Esses materiais são indispensáveis para administração segura de medicamentos, nutrição parenteral, fluidoterapia e monitorização, sendo amplamente utilizados em unidades como UTI, neonatologia, centro cirúrgico e pronto atendimento. A solução dessa demanda é necessária para garantir a continuidade da assistência com segurança, qualidade e eficiência, uma vez que se tratam de dispositivos críticos para manutenção da vida, especialmente em pacientes graves e neonatais. Esses insumos permitem acesso venoso seguro e prolongado, reduzem a necessidade de múltiplas punções e estão diretamente relacionados à prevenção de complicações, como infecções e falhas terapêuticas, além de atender às diretrizes clínicas e normas sanitárias vigentes. O não atendimento dessa demanda pode acarretar a interrupção ou inviabilização de tratamentos essenciais, dificuldade no acesso venoso adequado, aumento do risco de complicações clínicas, como infecções e extravasamentos, comprometimento da segurança do paciente, agravamento do quadro clínico e até risco de óbito em situações críticas. Além disso, pode gerar sobrecarga nas equipes assistenciais, atrasos em procedimentos e inconformidade com protocolos assistenciais e exigências regulatórias. Por fim, ressalta-se que o detalhamento do consumo e dos quantitativos encontra-se devidamente apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

2.4 Requisição nº 16448/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, de materiais médico-hospitalares diversos, visando atender às necessidades do Hospital Universitário de Londrina. Por se tratar de itens padronizados e de uso contínuo, a aquisição periódica se faz necessária para garantir a manutenção regular dos atendimentos prestados pela Instituição. A contratação de cateter nasal adulto visa suprir a necessidade de dispositivos para administração de oxigenoterapia em pacientes com insuficiência respiratória ou outras condições clínicas que demandem suporte de oxigênio. Trata-se de um insumo essencial para uso contínuo em ambientes hospitalares, ambulatoriais e de urgência/emergência. A disponibilidade do cateter nasal é fundamental para garantir a assistência adequada aos pacientes que necessitam de suplementação de oxigênio, contribuindo para a estabilização clínica, melhora da oxigenação sanguínea e prevenção de complicações respiratórias. Sua utilização é simples, eficaz e indispensável na rotina assistencial, sendo amplamente empregado em diversos níveis de atenção à saúde. A ausência desse material pode comprometer o atendimento de pacientes com necessidade de oxigenoterapia, resultando em agravamento do quadro clínico, risco de hipóxia, aumento de complicações e até risco de óbito em casos mais graves. Além disso, pode gerar sobrecarga em outros métodos de suporte respiratório e impactar negativamente a qualidade da assistência prestada. Por fim, ressalta-se que o detalhamento do consumo, dos quantitativos e das justificativas técnicas encontra-se devidamente apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5 Requisição nº 8956/2026 (HU) - Entre as terapias essenciais realizadas no Hospital Universitário de Londrina (HU/UEL), destaca-se a oxigenoterapia, recurso indispensável para o suporte vital de pacientes graves e instáveis. Considerando a complexidade assistencial do HU - que engloba unidades de terapia intensiva, centro cirúrgico, pronto-socorro referenciado, unidades neonatais e enfermarias especializadas - a disponibilidade contínua e segura de oxigênio medicinal e de seus dispositivos é fundamental para a

manutenção da vida, prevenção de hipóxia e adequada condução terapêutica. A oxigenoterapia é amplamente empregada no manejo de insuficiência respiratória aguda e crônica, sepse, choque, politraumatismos, doenças cardiovasculares, neurológicas e pulmonares, além de ser parte integrante do cuidado perioperatório, ventilação mecânica invasiva e não invasiva e sedação. A diversidade de perfis assistenciais atendidos pela instituição exige a utilização de diferentes dispositivos e acessórios, de acordo com a condição clínica, faixa etária e gravidade do paciente. Dessa forma, para assegurar a qualidade assistencial, a segurança do paciente e a conformidade com protocolos clínicos e boas práticas, faz-se necessária a aquisição e manutenção dos seguintes materiais indispensáveis à realização da oxigenoterapia e ao manejo adequado da via aérea: I. Cateter nasal neonatal Dispositivo específico para administração de oxigênio em recém-nascidos, essencial nas unidades neonatais por permitir suporte respiratório seguro, confortável e adequado à anatomia do neonato, reduzindo riscos de lesões por dispositivos médicos e complicações respiratórias.

2.6 Requisição nº 28813/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, de materiais médico-hospitalares diversos, visando atender às necessidades do Hospital Universitário de Londrina. Por se tratar de itens padronizados e de uso contínuo, a aquisição periódica se faz necessária para garantir a manutenção regular dos atendimentos prestados pela Instituição. A contratação de serra de Gigli visa atender à necessidade de instrumental específico utilizado em procedimentos cirúrgicos que demandam secção óssea, especialmente nas áreas de ortopedia, traumatologia, neurocirurgia e outras especialidades que realizam intervenções em estruturas ósseas. Trata-se de um dispositivo amplamente empregado para cortes ósseos precisos em situações nas quais sua utilização é tecnicamente indicada, contribuindo para a execução adequada dos procedimentos cirúrgicos. A disponibilidade desse material é fundamental para assegurar a realização segura e eficiente das cirurgias que requerem sua utilização, garantindo o atendimento das demandas assistenciais da instituição. Trata-se de item específico e indispensável para determinados procedimentos, não sendo possível sua substituição por materiais inadequados sem prejuízo técnico, operacional e assistencial. A não aquisição do material pode comprometer a realização de procedimentos cirúrgicos programados e de urgência, ocasionando atrasos, cancelamentos ou a necessidade de utilização de alternativas menos adequadas do ponto de vista técnico. Além disso, pode impactar negativamente a qualidade da assistência prestada, a segurança dos pacientes e a eficiência dos serviços cirúrgicos da instituição. Por fim, ressalta-se que o detalhamento do consumo e dos quantitativos encontra-se devidamente apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

2.7 Requisição nº 28816/2026 (HU) - O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação, para reposição de estoque, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, de materiais médico-hospitalares diversos, visando atender às necessidades do Hospital Universitário de Londrina. Por se tratar de itens padronizados e de uso contínuo, a aquisição periódica se faz necessária para garantir a manutenção regular dos atendimentos prestados pela Instituição. A contratação de extensores de equipo infantil e equipos para pressão venosa visa atender à necessidade de dispositivos utilizados na administração de soluções e medicamentos, bem como no monitoramento hemodinâmico de pacientes em diferentes unidades assistenciais do Hospital. Esses materiais são essenciais para garantir a continuidade dos acessos venosos, a segurança na infusão de fluidos e medicamentos e a adequada aferição da pressão venosa, contribuindo para a tomada de decisões clínicas e para a qualidade da assistência prestada. A disponibilidade desses dispositivos é fundamental para assegurar a realização segura e eficiente dos procedimentos assistenciais, especialmente em pacientes pediátricos, críticos e aqueles que necessitam de monitorização contínua. Trata-se de insumos específicos e indispensáveis para a rotina hospitalar, não sendo possível sua substituição por materiais inadequados sem prejuízo técnico, operacional e assistencial. A não aquisição desses materiais pode comprometer a administração segura de terapias intravenosas, dificultar o monitoramento adequado dos pacientes, aumentar os riscos de intercorrências assistenciais e ocasionar atrasos ou limitações na prestação dos cuidados necessários. Além disso, pode impactar negativamente a segurança do paciente, a eficiência das equipes de saúde e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Por fim, ressalta-se que o detalhamento do consumo e dos quantitativos encontra-se devidamente apresentado no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Requisição nº 8912/2026 (HU) - **Outros:** A única solução disponível em mercado é a aquisição, considerando a especificação do item e a impossibilidade de devolução em bom estado de conservação, não sendo possível firmar um contrato de locação ou comodato.

3.2 Requisição nº 8913/2026 (HU) - **Fornecimento:** A única solução disponível em mercado é o fornecimento, considerando a especificação do item e a impossibilidade de devolução em bom estado de conservação, não sendo possível firmar um contrato de locação ou comodato.

3.3 Requisição nº 16406/2026 (HU) - **Fornecimento:** A solução mais adequada para atendimento da necessidade é a modalidade fornecimento contínuo dos materiais, conforme demanda da unidade de saúde. Tal modelo se mostra mais eficiente, uma vez que possibilita a reposição regular dos estoques, garantindo a disponibilidade dos insumos essenciais à assistência, sem a necessidade de imobilização excessiva de recursos em grandes volumes armazenados. Além disso, o fornecimento contínuo permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, possibilitando adequações conforme variações de consumo, sazonalidade e eventuais intercorrências, como atrasos logísticos ou aumento da demanda assistencial. Dessa forma, a adoção dessa solução contribui para a continuidade dos serviços de saúde, a segurança dos pacientes e a eficiência na gestão pública, sendo a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e operacional.

3.4 Requisição nº 16448/2026 (HU); Requisição nº 28813/2026 (HU); Requisição nº 28816/2026 (HU) - **Fornecimento:** A solução mais adequada para atendimento da necessidade é a modalidade fornecimento contínuo dos materiais, conforme demanda da unidade de saúde. Tal modelo se mostra mais eficiente, uma vez que possibilita a reposição regular dos estoques, garantindo a disponibilidade dos insumos essenciais à assistência, sem a necessidade de imobilização excessiva de recursos em grandes volumes armazenados. Além disso, o fornecimento contínuo permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, possibilitando adequações conforme variações de consumo, sazonalidade e eventuais intercorrências, como atrasos logísticos ou aumento da demanda assistencial. Dessa forma, a adoção dessa solução contribui para a continuidade dos serviços de saúde, a segurança dos pacientes e a eficiência na gestão pública, sendo a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico e operacional.

3.5 Requisição nº 8956/2026 (HU) - **Fornecimento:** A única solução disponível em mercado é o fornecimento, considerando a especificação do item e a impossibilidade de devolução em bom estado de conservação, não sendo possível firmar um contrato de locação ou comodato. Considerando o baixo quantitativo dos itens, faz-se necessário realizar a aquisição com entrega única.

4. PESQUISA DE PREÇOS:

4.1 A pesquisa de preços que embasou a formação do(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) da presente licitação foi realizada nos moldes do art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO:

5.1 O objeto do presente Pregão Eletrônico será dividido em itens, em observância à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal 14.133/2021.

6. SUSTENTABILIDADE:

6.1 A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) observar as práticas de sustentabilidade abaixo indicadas:

I. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

II. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1 O objeto deste Edital será licitado nos termos a seguir:

a) Itens n. **02, 03, 04, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21 e 22** - com **AMPLA DISPUTA** para participação de todas as empresas interessadas, independente do faturamento, considerando que não foi verificado na pesquisa de mercado, nos processos licitatórios de mesmo objeto, o mínimo de três (3) empresas enquadradas como ME-EPP-MEI (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual) aptas a participar, conforme previsto no art. 120, inciso I, §2º, inciso II do Decreto Estadual n. 10.086/2022.

b) Itens n. **01, 05, 06, 09, 10, 16, 17 e 23** - **EXCLUSIVOS** para participação de empresas enquadradas como ME-EPP-MEI;

c) Item n. **18** - **COTA PRINCIPAL** para participação de todas as empresas interessadas, independente do faturamento.

d) Item n. **19** - **COTA RESERVADA** para participação exclusiva de empresas enquadradas como ME-EPP-MEI.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

8.1 O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do envio da Ordem de Compra ou documento equivalente, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **12 mes(es)**.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 Obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.1.11. Caso seja verificado que o(s) produto(s)/equipamento(s) entregue(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a empresa será notificada para que efetue a substituição por produto(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.12. Se a substituição dos produtos e/ou equipamento(s) em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 "Sanções Administrativas do Contrato".

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO:

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná paro licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão

> **11.3.1** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2.145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita 11.10.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, de 14/05/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003 de 04/07/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO do ITEM e desde que atendidas as especificações técnicas especificadas no Edital para cada objeto, conforme os subitens n. 1.2.1 e 1.2.2. do Termo de Referência (Anexo I) e as condições exigidas no item 6 do presente Edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO:

14.1 É vedada a subcontratação integral dos serviços inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

16. VIGÊNCIA:

16.1 1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17. DO REAJUSTAMENTO:

17.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

17.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado / data da juntada da Pesquisa aos autos da licitação, qual seja, **02/09/2026.**

17.1.1.1 O reajuste será concedido **automaticamente**, mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

17.1.3 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

17.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, em uma das dotações abaixo discriminadas:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;
Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

20. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022:

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

PAULA CRISTIANE BATISTELLA
(HU-DA-DM)

MARIANA MOREIRA MARTINS
(HU-DE-DCC)

TAYANA CLAUDIA CUNHA
(HU-DA-DS)

PRISCILA CONDE BOGO
(HU-DA-DS)

LAIO PRESLIS BRANDO MATOS DE ALMEIDA
(HU-DE-AECRM)

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal - **COMPRAS.GOV**, os documentos habilitação que seguem abaixo, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estipulado, quantas vezes julgar necessário:

1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná paro licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Certidão Negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede do licitante. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado dos últimos 2 exercícios, comprovação da situação da empresa. Cálculos dos índices contábeis.

1.3.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.3.2 O balanço exigido no item anterior será limitado ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.3.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

Ativo Circulante
LC = ----------; e
Passivo Circulante

1.3.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional se Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um inteiro) no índice de Liquidez Corrente (LC);

1.3.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES CONTÁBEIS JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.4.1 AFE – Autorização de Funcionamento da empresa proponente, emitida pela ANVISA/MS (caso necessário);
1.4.2 Licença Sanitária estadual ou municipal da proponente, compatível com o produto e a **atividade.- (caso necessário);**
1.4.3 Certidão de Registro dos produtos e equipamento cotados no **Ministério da Saúde**, ou publicação do **Registro no Diário Oficial da União** (em caso de medicamentos / produtos médico-hospitalares / equipamentos, exigida **pela ANVISA**) – (**caso necessário**);

1.5 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 **(ANEXO VIII)**, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual 10.086/222).

1.6.1 De acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.6.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.6.2 A nãoregularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.6.3 Na hipótese do item 1.6.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.6.4 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.6.5 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

1.7 SUBSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS POR CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE RESGISTRO CADASTRAL:

1.7.1 Os documentos mencionados nos itens 1.1; 1.2 e 1.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Regularidade de Registro Cadastral emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (HTTPS://pncp.gov,br) ou pela Certidão de Regularidade emitida pelo sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Estado do Paraná, disponível no *site* https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultarDocumentacaoObrigatoria.do?action=iniciarProcesso, e/ou SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf, desde que os documentos estejam constantes e atualizadas no mencionado registro cadastral.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço :		
Bairro:		
CEP:	Cidade: Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Marca / modelo	Quant.	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1								

2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

2.1 Na hipótese de o certame não ser finalizado no prazo acima a proposta será automaticamente prorrogada, por mais 30 (trinta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

_____
Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO[1]

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

_____

OUTORGANTE

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA,** para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

_____

Nome do representante legal

ANEXO VI

LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Almoxarifado Central do Hospital Universitário de Londrina – Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária – Londrina – Pr – CEP.: 86.038-350
Responsável pelo Recebimento: Sergio Henrique Barbosa de Oliveira
Telefone: (43) 3371-2233
Horário de Funcionamento: de 2ª a 6ª das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16:00

ÓRGÃO/ENTIDADE
Local de Entrega: Hospital Universitário de Londrina – AECRM - Av. Robert Koch, 60 – Vila Operária – Londrina – Pr – CEP.: 86.038-350
Responsável pelo Recebimento: Maria Cristina da Silva Paduan
Telefone: (43) 3371-2400
Horário de Funcionamento: De segunda a sexta-feira das 8h00 as 12h00 e das 13h00 as 16h00

ANEXO VII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: Universidade Estadual de Londrina, pessoa jurídica de direito público interno, constituída na forma de Autarquia pela Lei Estadual nº 9.663/91, por meio de seu Órgão Suplementar **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA**, localizado na Avenida Robert Koch nº 60, Vila Operária, em Londrina (PR), inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.640.489/0001-53, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Superintendente, Profº Drº. Jose Roberto de Almeida, inscrito no CPF/MF sob nº 107.XXX.738-44, portador do RG n.º 1.391.XXX-0, expedido pela Secretaria de Segurança Pública.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 046/2026 (protocolo n.º 25.816.732-5) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

1.1 Contratação para o fornecimento parcelado de **materiais médico hospitalares diversos (extensão de equipo infantil; serra de gigli; kit para infusão venosa central; catéter duplo lúmen infantil; conjunto de linhas, tipo: arterial e venosa, para hemodiálise pediátrica; equipo para monitoramento da pressão venosa central e outros)**, para o Hospital Universitário (HU-UEL), pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

Item	Cód. SICOR	Descrição do Objeto	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total	Tipo
1	40824	**Cód.GMS: 6510.64723 Cód. CATMAT: 0437320 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER CENTRAL DE INSERÇÃO PERIFÉRICA; 5.0 FR; MONOLÚMEN, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR: •Especificação geral: cateter confeccionado em poliuretano, mono lúmen, 5.0 french, com agulha tipo introdutor bipartido para cateter 5.0 Fr , ter no mínimo 50cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, graduação visível em toda extensão, a cada centímetro, com início em marcação zero, sentido proximal-distal	**150**	248,92	37.338,00	Exclusiva ME

		(ou seja, sentido do hubb à ponta do cateter), haste de fixação deve possuir orifício para estabilização. Acompanhar fita métrica estéril para mensuração. Podendo ou não acompanhar mandril ou fio guia. •Esterilização: esterilizada individualmente, por óxido de etileno, com garantia da qualidade do processo de esterilização. •Embalagem: embalagem individual de uso único em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização, com dados de identificação, data de validade de no mínimo um (1) ano da data de entrega do produto, número de lote, procedência e registro na Anvisa/M.S.				
2	58804	**Cód.GMS: 6522.82179 Cód. CATMAT: 421226 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER DE TENCKHOFF PARA DIÁLISE PERITONIAL PEDIÁTRICA CONFECCIONADO EM SILICONE; COM LINHA RADIOPACA; COM DOIS CUFFS MANTENDO DISTÂNCIA DE APROXIMADAMENTE CINCO CENTÍMETROS ENTRE ELES; TAMANHO DE 32CM; ESTÉRIL; EMBALADO INDIVIDUALMENTE; PRAZO DE VALIDADE NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 12MESES.	**15**	190,00	2.850,00	Ampla
3	52938	**Cód.GMS: 6510.92451 Cód. CATMAT: 436597 Unid. Padrão: KIT** CATÉTER DUPLO LÚMEN INFANTIL PARA HEMODIÁLISE, DE CURTA PERMANÊNCIA; CONFECCIONADO EM POLIURETANO RADIOPACO, FLEXÍVEL E TERMOSSENSÍVEL; CALIBRE 11,5FR; COMPRIMENTO DE 15CM. MODELO RETO; PONTA ATRAUMÁTICA; EXTENSÕES FLEXÍVEIS COM IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS ARTERIAL E VENOSA; CONECTORES LUER LOCK COM TAMPAS PROTETORAS; CLAMP EM CADA VIA; ASA PARA FIXAÇÃO À PELE; KIT COMPOSTO, NO MÍNIMO, POR CATÉTER, AGULHA INTRODUTORA, FIO-GUIA METÁLICO COM PONTA EM "J" E DILATADOR; SEM CUFF E SEM TUNELIZADOR; ESTÉRIL, ATÓXICO, APIROGÊNICO,	**10**	2.270,97	22.709,70	Ampla

		DE USO ÚNICO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICAS.				
4	43934	**Cód.GMS: 6510.92448 Cód. CATMAT: 421250 Unid. Padrão: KIT** CATÉTER DUPLO LÚMEN INFANTIL PARA HEMODIÁLISE; CONFECCIONADO EM POLIURETANO; TAMANHO DE 8FR X 12CM A 18CM; RETO; TERMOSENSÍVEL; PONTAS EM PVC; FLEXÍVEL; EXTENSÃO EM SILICONE, COM CLAMPS AJUSTÁVEIS NÃO PERMITINDO "MEMÓRIA"; COMPOSTO DE: CATÉTER, INTRODUTOR E FIO GUIA METÁLICO EM "J"; ESTÉRIL E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	**10**	165,62	1.656,20	Ampla
5	40821	**Cód.GMS: 6510.39738 Cód. CATMAT: 0437925 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER EM POLIURETANO RADIOPACO, ESTÉRIL, GRADUADO DE 1 EM 1 CM, PARA CATETERIZAÇÃO DE VASOS UMBELICAIS, EMBALAGEM INDIVIDUAL. TAMANHO 3,5FR .	**60**	14,89	893,40	Exclusiva ME
6	41366	**Cód.GMS: 6510.38911 Cód. CATMAT: 0437841 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER EM POLIURETANO RADIOPACO, ESTÉRIL, GRADUADO DE 1 EM 1 CM, PARA CATETERIZAÇÃO DE VASOS UMBELICAIS, EMBALAGEM INDIVIDUAL. TAMANHO 5,0FR	**80**	14,50	1.160,00	Exclusiva ME
7	42448	**Cód.GMS: 6510.19053 Cód. CATMAT: 0437290 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER INTRAVENOSO CENTRAL ADULTO, 16.G, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 14.G. FIO GUIA E COMPRIMENTO DO CATÉTER 30CM Especificação geral: descartável, com agulha atraumática, trifacetada e siliconizada. O cateter deverá possuir 30cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, termosensível e boa	**100**	52,37	5.237,00	Ampla

		tolerabilidade, conexão com perfeito encaixe. Possuir fio guia acoplado, bainha plástica, suporte de agulha com formato anatômico, superfície antiderrapante e fecho de segurança automático. Esterilização: esterilizada individualmente, em invólucro tubular plástico semi rígido, grau cirúrgico, com garantia da qualidade do processo de esterilização. Embalagem: embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.				
8	42449	**Cód.GMS: 6510.19055 Cód. CATMAT: 0437287 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER INTRAVENOSO PARA PUNÇÃO VENOSA CENTRAL INFANTIL, N.º 22G, DESCARTÁVEL, COM AGULHA 19G NO CALIBRE, FIO GUIA E COMPRIMENTO DO CATÉTER 20CM Especificação geral: descartável, com agulha atraumática, trifacetada e siliconizada. O cateter deverá possuir 20cm de comprimento, ser radiopaco, flexível, com lisura de superfície, biocompatível, termosensível e boa tolerabilidade, conexão com perfeito encaixe. Possuir fio guia acoplado, bainha plástica, suporte de agulha com formato anatômico, superfície antiderrapante e fecho de segurança automático. Esterilização: esterilizada individualmente, em invólucro tubular plástico semi rígido, grau cirúrgico, com garantia da qualidade do processo de esterilização. Embalagem: embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.	**12**	120,00	1.440,00	Ampla
9	40723	**Cód.GMS: 6510.29937 Cód. CATMAT: 62728 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER NASAL ADULTO, MODELO ALÇA DIFERENCIADA, PARA ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO A BAIXO FLUXO. COM CONTORNOS ARREDONDADOS, POSSÍVEIS DE	**13.000**	1,61	20.930,00	Exclusiva ME

		REPOSICIONAMENTO CONFORME A FACE DO PACIENTE, UM SÓ CORPO LONGO (EM TORNO DE 80 A 90CM), EM MATERIAL PVC LIVRE DE REBARBA. EMBALAGEM INDIVIDUAL.				
10	49609	**Cód.GMS: 6510.78279 Cód. CATMAT: 621739 Unid. Padrão: UNIDADE** CATÉTER NASAL NEONATAL, CONFORME CARACTERÍSTICAS A SEGUIR: * MODELO TIPO ÓCULOS; * PARA ADMINISTRAÇÃO DE OXIGÊNIO A BAIXO FLUXO COM CONTORNOS ANATÔMICOS; * PRONG EM SILICONE OU PVC ULTRA SOFT; * FLEXIVEL; * COM REGULAGEM NA SUA EXTENSÃO PARA FIXAÇÃO ADEQUADA CONFORME A FACE DO PACIENTE; * UM SÓ CORPO LONGO; * EM MATERIAL PVC LIVRE DE REBARBA; * EMBALAGEM INDIVIDUAL; * ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO.	**150**	3,84	576,00	Exclusiva ME
11	58801	**Cód.GMS: 6510.79378 Cód. CATMAT: 411866 Unid. Padrão: UNIDADE** CONJUNTO DE LINHAS, TIPO: ARTERIAL E VENOSA, PARA HEMODIÁLISE PEDIÁTRICA, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR: Linha arterial com dispositivo para administração de heparina contínua, solução fisiológica e medicação; Linha venosa com catabolha, linha para transferência de dialisato, linha de ultrafiltração com câmara de monitorização de pressão do sistema, conectores e câmaras flexível e ponto de injeção de polivinilpirolidona e silicone; Priming entre 68ml a 80ml, para uso em hemodiálise pediátrica. EMBALAGEM: Individual, estéril e em papel grau cirúrgico, UNID. DE MEDIDA: Unitário	**40**	78,95	3.158,00	Ampla
12	58802	**Cód.GMS: 6510.79253 Cód. CATMAT: 454367 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE 0, 6 Dialisador capilar para hemodiálise,	**20**	116,50	2.330,00	Ampla

		alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possuir superfície de área de 0,7 m2, coeficiente de ultrafiltração em torno de 20 ml/h X mmgh, priming de 42 ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possuir embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.				
13	58768	**Cód.GMS: 6510.107213 Cód. CATMAT: 0454363 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE 0,2 Dialisador capilar para hemodiálise, alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possui superfície de área de 0,2 m2, coeficiente de ultrafiltração em torno de 7 ml/h X mmHg, priming 18 ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possui embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.	**30**	186,88	5.606,40	Ampla
14	58803	**Cód.GMS: 6510.69386 Cód. CATMAT: 454367 Unid. Padrão: UNIDADE** DIALISADOR ALTO FLUXO PEDIÁTRICO COM SUPERFÍCIE DE 1,0 Dialisador capilar para hemodiálise, alto fluxo/alta eficiência, biocompatível, de material sintético, (membrana de polisulfona), com conexão em rosca Luer Lock no adaptador das Garras de Hanssen e conector das linhas de sangue superiores e inferiores. Possuir	**20**	116,50	2.330,00	Ampla

		superfície de área de 1,0 m2 e coeficiente de ultrafiltração em torno de 30 ml/h X mmgh, priming de 63ml. Esterilizado a vapor, isento de subprodutos de esterilização ou substâncias químicas tóxicas. Possuir embalagem individual apropriada, contendo externamente os dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número de lote e registro no M.S.				
15	58688	**Cód.GMS: 6510.69387 Cód. CATMAT: 609769 Unid. Padrão: UNIDADE** EQUIPO DE DIÁLISE PERITONEAL INTERMITENTE PEDIÁTRICO Equipo para administração de soluções em diálise peritoneal em pediatria com tripla câmara graduada de 150 ml sendo duas para infusão e uma para aumento de drenagem e um coletor de 2000 ml. Câmaras Graduadas rígidas e cristal, de 0 a 150 ml com precisão de 1 ml e leitura com destaque de 5 em 5 ml. Com injetor superior e filtro de entrada de ar 0,22 micra. Alça plástica para sustentação da câmara. Câmaras interligadas por tubo de pvc flexível e cristal com torneira de três vias que regula a infusão e drenagem. Tubo de infusão em pvc flexível e cristal com pinça rolete de alta precisão e conector luer lock com tampa protetora. Tubo de drenagem em pvc flexível e cristal conectado a câmara graduada de drenagem que é interligada a bolsa coletora de 2000ml. Embalado e esterilizado individual termoformada de papel grau cirúrgico e filme flexível.	**60**	226,50	13.590,00	Ampla
16	43873	**Cód.GMS: 6510.44187 Cód. CATMAT: 609786 Unid. Padrão: PECA** EQUIPO PARA MONITORAMENTO DA PRESSÃO VENOSA CENTRAL. Especificação complementar: Equipo para monitoramento da Pressão Venosa Central; com tubo flexível em toda sua extensão, em PVC transparente, com no mínimo 2,25m de comprimento; ponta perfurante lisa com protetor, com perfeito ajuste na ampola do frasco da solução; câmara de gotejamento flexível	**40**	6,09	243,60	Exclusiva ME

		e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da solução a ser administrada; regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança; 2 clamp corta fluxo; conector das duas vias; 2 conectores luer slip universais contendo protetor; acompanha escala auto-adesiva, graduada de 0 a 40cm para monitoramento da pressão venosa central; embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme termoplástico; abertura em pétala e estéril. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.E				
17	48824	**Cód.GMS: 6510.38951 Cód. CATMAT: 0457524 Unid. Padrão: UNIDADE** EXTENSÃO DE EQUIPO INFANTIL,COMPRIMENTO DE 120CM, EM TUBO PVC FINA, DIÂMETRO 2X1,5MM, COM CONECTOR LUER FÊMEA EM UMA DAS EXTREMIDADES E LUER MACHO EM OUTRA EXTREMIDADE, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO EVITANDO VAZAMENTO Esterilizado individualmente, em invólucro apropriado, com garantia da qualidade do processo de esterilização, embalada unitáriamente em invólucro apropriado e de acordo com o processo de esterilização. A data de esterilização deverá ser de no máximo um (1) ano de antecedência à data da entrega.	**40.000**	1,44	57.600,00	Exclusiva ME
18	42435	**Cód.GMS: 6510.23534 Cód. CATMAT: 0437298 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTE - 07FR KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter 16x16G, diâmetro externo de 2,4mm, 07FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha	**2.250**	55,13	124.042,50	Cota Principal

		valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.				
19	42435	**Cód.GMS: 6510.23534 Cód. CATMAT: 0437298 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTE - 07FR KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter 16x16G, diâmetro externo de 2,4mm, 07FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**750**	55,13	41.347,50	Cota Reservada
20	42526	**Cód.GMS: 6510.38947 Cód. CATMAT: 0437296 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTES - 03 A 04FR Kit para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter de 18/20G, diâmetro externo de 1,4mm, 03 a 04FR, 15 a 20cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução conformado ergonomicamente; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.	**350**	79,39	27.786,50	Ampla
21	42525	**Cód.GMS: 6510.79779 Cód. CATMAT: 0437295 Unid. Padrão: KIT** KIT PARA INFUSÃO VENOSA CENTRAL COM DUAS VIAS INDEPENDENTES - 05 A 06 FR. KIT para infusão venosa central com duas vias independentes, catéter de poliuretano radiopaco, demarcado em cm, flexível, catéter diâmetro externo de	**100**	178,07	17.807,00	Ampla

		1,6/1,7mm, 05FR a 06 FR, 20 a 25cm de comprimento; Fio guia metálico em "J" de 60/70cm de grande flexibilidade e acoplado dentro do dispensador; com elemento auxiliar de introdução ergonomicamente conformado; Agulha valvulada de aço inoxidável (impede extravasamento de sangue) com bisel trifacetado e biangulado.				
22	58800	**Cód.GMS: 6510.112609 Cód. CATMAT: 411864 Unid. Padrão: UNIDADE** LINHA SANGUÍNEA ARTERIAL E VENOSA PARA HEMODIÁLISE NEONATAL Conjunto composto por: Linha sanguínea arterial composta de conector ao dialisador vermelho tampado, ramal de heparina com clamp e luer lock fêmea tampado, segmento de bomba de 4 mm, ramal de tomada de pressão com clamp e isolador de pressão de tampado, ramal de soro com clamp e luer lock fêmea tampado, ponto de infusão vermelho e conector à fístula tampado. Extensão de linha: 200 cm de tubo de PVC + 36 cm de segmento de bomba. Linha de hemodiálise linha sanguínea venosa composta de conector ao dialisador azul tampado, ponto de infusão azul, câmara 3 vias com filtro, ramal de soro com clamp e luer lock fêmea tampado , Ramal de tomada de pressão com clamp e isolador de pressão tampado e conector à fístula com recirculador. Extensão da linha: 210 cm de tubo de PVC de 3,0mm de diâmetro interno. Volume de priming: Linha arterial: ± 18,6 ml / Linha venosa: ± 14,8 ml / Câmara (volume útil): ± 15,4 ml Produto deverá atender RDC 665 de 2022 e ISO 8637-2. Embalagem em papel grau cirúrgico e filme plástico transparente, esterilização: Gás Óxido de Etileno Possuir Registro na ANVISA	**30**	75,00	2.250,00	Ampla
23	42655	**Cód.GMS: 6511.44331 Cód. CATMAT: 0271597 Unid. Padrão: UNIDADE** SERRA DE GIGLI, ESTÉRIL, EM AÇO INOXIDÁVEL TORCIDO, TAMANHO 40CM.	**600**	14,10	8.460,00	Exclusiva ME

****ATENÇÃO** DEVIDO A INCOMPATIBILIDADES NO DESCRITIVO DO ITEM NO SISTEMA COMPRAS.GOV, FAVOR CONSIDERAR O DESCRITIVO ACIMA PARA PROPOSTAS.**

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 As especificações técnicas dos itens encontram-se dispostas na descrição do objeto, no item 1.1 do Termo de Referência.

1.2.2 Deverão ser observadas, ainda, as seguintes especificações técnicas complementares:

1.2.2.1 As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, em invólucro apropriado, sem sinais de violação ou amassado, além de estarem de acordo com a Lei n. 8078/90, art. 31 (Código de Defesa do Consumidor) e o Decreto n. 8.077/2013, do Serviço de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, constando estampados externamente os seguintes dados:

a) Nome comercial;

b) Número do lote;

c) Número do registro no Ministério da Saúde;

d) Conteúdo, quantitativo, qualitativo e dimensões;

e) Procedência de fabricação;

f) Identificação em português;

1.2.2.2 O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, quando da entrega dos produtos.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 046/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.816.732-5/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos de maneira parcelada, de acordo com a necessidade da instituição, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado / data da juntada da Pesquisa aos autos da licitação, qual seja, **02/09/2026.**

5.1.2. O reajuste será concedido **automaticamente**, mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

UEL/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro, 501 - Próprio, 700 - Federal, 703 - Outros Convênios;
Programa de Trabalho: 34 - Universidade e Sociedade;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

Fundo Paraná/SETI: Gestão/Unidade: 456019571338153 - Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 759 - Tesouro/Recursos Vinculados a Fundos;
Programa de Trabalho: 33 - Paraná Mais Ciência;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SESA: Gestão/Unidade: 476010122358168 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 35 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

HU/SETI: Gestão/Unidade: 453012364348075 - Gestão do Hospital Regional Norte do Paraná UEL;
Fonte de Recursos: 500 - Tesouro; 501 - Próprio, 700 - Federal, 899 - SUS;
Programa de Trabalho: 34 - Cuidado Regionalizado em Saúde;
Elemento de Despesa: Conforme indicado na Requisição de Compra/Serviço

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade competente, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º14.133/2021.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. Caso seja verificado que o(s) produto(s)/equipamento(s) entregue(s) não atende(m) às especificações do Edital e da proposta, o objeto será recusado motivadamente, e a empresa será notificada para que efetue a substituição por produto(s) em conformidade, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias.

10.1.12. Se a substituição dos produtos e/ou equipamento(s) em desconformidade não for concluída dentro do prazo máximo de entrega, a empresa incidirá na multa moratória prevista no item 13 "Sanções Administrativas do Contrato".

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes

sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas conforme indicado na Ordem de Compra ou em documento equivalente, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Em cumprimento à Instrução Normativa RFB n. 2145/2023, a empresa deverá destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nos documentos fiscais emitidos à UEL, observando o enquadramento legal de incidência, sob pena de devolução da nota fiscal.

11.6 A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à EMPRESA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da apresentação da Nota Fiscal sem erros.

11.7 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal,conforme Instrução Normativa n. 001/2019-DTE/SEFA.

11.8 As empresas sediadas no Estado do Paraná deverão efetuar o preenchimento das Notas Fiscais demonstrando nos campos preço unitário e preço total, o valor já descontado o percentual correspondente à alíquota do ICMS e no campo dados adicionais, indicar que a isenção é efetuada em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. 1.261/2003, com as alterações inseridas pelo Decreto Estadual n. 1.546/2003, demonstrando também o preço total com ICMS, o desconto referente à isenção do ICMS e o preço total sem o respectivo imposto.

11.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual, pois os pagamentos somente ocorrerão após o regular recebimento dos itens objeto do Edital.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) Multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) Multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) Multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

> **13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:

14.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

> **14.1.1** Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta**;**

14.1.2 De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

14.1.3 Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

14.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

14.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

15.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

15.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

15.4 É vedada a subcontratação integral dos serviços/fornecimento inerentes ao objeto deste certame, e a subcontratação de partes do objeto, somente será possível mediante aprovação prévia e formal pela Administração do HU, o que não eximirá a empresa proponente das obrigações contratuais e responsabilidade civil perante a Universidade Estadual de Londrina.

15.5 A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ser comunicada imediatamente pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UEL, sendo obrigatória a comprovação do alegado por meio de notas fiscais **(Nota Fiscal anterior e posterior ao fato**), para a devida análise e, se for o caso, procedido o realinhamento de preços.

15.6 A comunicação para os fins do parágrafo anterior, ainda que procedente, não terá efeito retroativo, e terá como referência a data da entrega do pedido na Divisão de Material do HUUEL, desde que acompanhado das notas fiscais adequadas, mediante protocolo de recebimento.

15.7 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A ocorrência de fatos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser comunicada pela CONTRATADA à Divisão de Material do HU-UEL, mediante requerimento devidamente justificado.

16.2. O requerimento deverá descrever o fato superveniente que fundamenta o pedido, observadas as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, demonstrando o nexo causal entre o fato e o desequilíbrio alegado, bem como o respectivo impacto sobre os custos da contratação e o preço contratado.

16.3. Para a análise do pedido, a CONTRATADA deverá apresentar planilha simplificada que permita comparar a situação econômico-financeira existente à época da apresentação da proposta com a situação decorrente do fato alegado, contendo, no mínimo:

16.3.1. O custo do item à época da apresentação da proposta;

16.3.2. O preço ofertado na licitação;

16.3.3. A margem de lucro originalmente obtida;

16.3.4. O custo atual do item; e

16.3.5. O valor pretendido para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, indicando a alteração pretendida no preço contratado.

16.4. A CONTRATADA deverá comprovar os custos alegados por meio de documentos idôneos, sendo obrigatória a apresentação de notas fiscais anteriores e posteriores ao fato que fundamenta o pedido, sem prejuízo da apresentação de outros documentos que se mostrem necessários à comprovação da situação.

16.4.1 As notas fiscais posteriores deverão demonstrar a aquisição de quantidades compatíveis com as OC's (Ordem de Compra) ou pedidos de entrega.

16.5. A comunicação e o requerimento de que tratam os itens anteriores, ainda que procedentes, não terão efeito retroativo, tendo como referência a data do protocolo do pedido, desde que devidamente instruído e acompanhado das notas fiscais adequadas, junto à Divisão de Material do HU-UEL.

16.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato, observado o disposto no art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.7. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias para decidir, admitida a prorrogação por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 O foro competente para a solução de litígios decorrentes do presente contrato é o da Comarca de Londrina/PR.

Londrina, data da assinatura eletrônica da contratante

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

_____
Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;

1.2. referentes a participações societárias;

1.3. informações inseridas em contratos sociais;

1.4. endereços físicos e eletrônicos;

1.5. estado civil;

1.6. eventuais informações sobre cônjuges;

1.7. relações de parentesco;

1.8. número de telefone;

1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

_____

Representante Legal

ANEXO X

BANCO DE DADOS DE AVALIAÇÕES TÉCNICAS DAS AMOSTRAS
(Realizados nos últimos 3 anos)

Item: 40824 Catéter Central de Inserção Periférica; 5.0 Fr; Monolúmen, Com As Características Mínimas A Seguir:

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437320	81158510029	Total Medical Brasil Industria e Comercio de Produtos Medico-Hospitalares Ltda	Blenta	Ref.: 5012.04.60-1 / Calibre 4,0 Fr / Comp 60cm X Diâmetro Externo 1,35mm

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437320	101963200056	Biomedical Equipamentos e Produtos Médico - Cirúrgicos Ltda	Biomedical	Cateter Picc 1 Lumen Com Mandril 5fr
0437320		Biomedical Equipamentos e Produtos Médico-Cirúrgicos Ltda	Biomedical	Monolúmen, Tamanho 5,0 Fr

Item: 43934 Catéter Duplo Lúmen Infantil Para Hemodiálise; Confeccionado Em Poliuretano; Tamanho de 8fr X 12cm A 18cm; Reto; Termosensível; Pontas Em Pvc; Flexível; Extensão Em Silicone, Com Clamps Ajustáveis Não Permitindo "Memória"; Composto De: Catéter, Introdutor e Fio Guia Metálico Em "J"; Estéril e Embalado Individualmente.

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
421250	80415440022	Guangdong Baihe Mecial Tecnology Co., Ltd	Alive Heart - Vita	Kit Cateter Para Hemodiálise Duplo Lumen - 8.5 Fr 13 Cm

Item: 40821 Catéter Em Poliuretano Radiopaco, Estéril, Graduado de 1 Em 1 Cm, Para Cateterização de Vasos Umbelicais, Embalagem Individual. Tamanho 3,5fr .

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437925	80423540023	Silmag Brasil Produtos Médicos Ltda	Silmag	Ref 544-35 3,5 Fr / Diam Ext 1,2 Mm / Comp 41,0 Cm / Poliutetano Gr Medio /Grx

Item: 41366 Catéter Em Poliuretano Radiopaco, Estéril, Graduado de 1 Em 1 Cm, Para Cateterização de Vasos Umbelicais, Embalagem Individual. Tamanho 5,0fr

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437841	10296900147	Joaomed Comercio de Materiais Cirurgicos Ltda	Vital Gold	Cateter Umbilical 5.0 Monolumen

Item: 49609 Catéter Nasal Neonatal, Conforme Características A Seguir:

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
621739		Gmi	Gmi	S/Modelo

Item: 48824 Extensão de Equipo Infantil,Comprimento de 120cm, Em Tubo Pvc Fina, Diâmetro 2x1,5mm, Com Conector Luer Fêmea Em Uma das Extremidades e Luer Macho Em Outra Extremidade, Com Perfeita Adaptação Evitando Vazamento

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0457524	: 80245210278	Cremer S/A	Embramed/Creme	Extensão de Equipo Infantil, Comprimento

				120 Cm Tubo Pvc Fina

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0457524	80266000042	Biosani Industria e Com. de Produtos Med. e Odontológicos Ltda	Biosani	Extensor 1,20cm Neonatal

Item: 42435 Kit Para Infusão Venosa Central Com Duas Vias Independente - 07fr

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437298	10256400078	Target Medical	Safecath Kit Cat.Venoso Central Dl	Duplo Lumen, 7 Fr, 200mm

Item: 42526 Kit Para Infusão Venosa Central Com Duas Vias Independentes - 03 A 04fr

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437296	10256400006	Target Medical	Safecath	Kit Para Cateter Venoso Central de Duplo Lumen Mod. 4 Fr,130 Mm

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437296	80517050007	Giant Medical Equipment (Guangzhou) Co., Ltd	Biomed	Kit Cat. Venoso, Dl, 4 Fr 13 Cm; Fio Guia: 0,018" Diametro 50 Cm Compr.

Item: 42525 Kit Para Infusão Venosa Central Com Duas Vias Independentes - 05 A 06 Fr.

I - Produtos já **aprovados** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437295	10256400078	Arrow International Inc	Safecath - Kit Cat.Venoso Central Duplo Lumen	Duplo Lumen, 5 Fr, 130 Mm

II - Produtos cujas amostras foram **reprovadas** pela HU-UEL

Cód. CadMat/CatServ	n. Anvisa	Fabricante	Marca	Modelo
0437295	10196320068	Biomedical Equipamentos e Produtos Médico - Cirúrgicos Ltda	Biomedical Equipamentos e Produtos Médico - Cirúrgicos Ltda	S/Modelo

Os demais itens não possuem marcas referenciais aprovadas ou reprovadas até o momento.